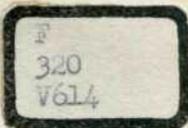


Imprensa Nacional
Biblioteca Machado de Assis



B0016174



CÂMARA DOS DEPUTADOS

LUIZ PRISCO VIANA
Deputado Federal

70: A DÉCADA DA BAHIA

Discurso proferido na sessão
de 4 de junho de 1971

F 328.32
V614s

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
Brasília — 1971



CÂMARA DOS DEPUTADOS

LUIZ PRISCO VIANA
Deputado Federal

70: A DÉCADA DA BAHIA

Discurso proferido na sessão
de 4 de junho de 1971

B0046174

F
328.32
V6141

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
Brasília — 1971

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E CIRCULAÇÃO	
BIBLIOTECA	
NÚMERO	DATA
F180	25/10/41

O SR. PRISCO VIANA: (Lê)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, foram assinados há cerca de quinze dias, em Salvador, entre o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e diversas empresas no setor químico e petroquímico, em instalação na Bahia, contratos de financiamento no valor de Cr\$ 160 milhões, fato já trazido ao conhecimento desta Casa pelo Deputado Fernando Wilson Magalhães.

Mais do que o valor financeiro desses contratos — e eles somam cerca de US\$ 30 milhões — o que realmente importa ser ressaltado nesse ato é a presença do Governo Federal no programa petroquímico da Bahia, no cumprimento da palavra do eminente Presidente Médici, aos baianos, em maio do ano passado, de que em nosso Estado se instalaria o segundo pólo petroquímico do País.

Em verdade, a Bahia jamais reivindicou a petroquímica com a estreita visão regionalista, mas com um profundo sentimento nacional, visto que essa indústria no Recôncavo Baiano, aproveitando matéria-prima nacional ali abundante, atende ao interesse geral do desenvolvimento brasileiro, de sua segurança interna e de sua integração econômica. Eis por que a Bahia não só reconhece, como deseja, que a liderança desse empreendimento seja do Governo Federal, como de fato já acontece com a presença, no setor, da Petrobrás e de sua subsidiária Petroquisa.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, fiz inicialmente o registro desse fato por considerá-lo o mais significativo para motivar a notícia que pretendo dar hoje a esta Casa, e ao País, das grandes transformações econômicas que se operaram na Bahia nos últimos quatro anos, fazendo com que o nosso Estado assumisse posição destacada no quadro geral do desenvolvimento brasileiro. E situar, na liderança dos acontecimentos que produziram a nova realidade baiana, a figura admirável de administrador e de político do Governador Luiz Viana Filho.

E assim o fazendo, Sr. Presidente, acredito estar, de certo modo, prestando uma homenagem a esta Casa e à instituição a que pertencemos, pois que S. Exa., o ex-Governador do meu Estado,

é um homem do Congresso, membro que foi da Câmara por quase um quarto de século, daqui saído para as funções do Executivo, no exercício das quais engrandeceu o político, provando que ele está apto ao comando da administração, capaz também que é de bem executar as tarefas da construção do desenvolvimento do progresso e da paz social do povo brasileiro.

Comecei pela petroquímica porque, dentro do contexto geral do esforço de industrialização da Bahia, ela foi uma das principais metas do Governo baiano. Mal iniciava sua administração, em abril de 1967, e o Governador Luiz Viana Filho buscava definir as possibilidades da Bahia no setor petroquímico, dentre as iniciativas de planejamento industrial na região do Recôncavo Baiano, segundo diretrizes de Missão do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que estêve na Bahia, e de recomendações da própria SUDENE.

Às suas próprias custas, o Governo do Estado promoveu estudos, visando não apenas definir as possibilidades da Bahia nesse setor, como, também, evitar que iniciativas se fizessem desordenadamente, visto que, já àquela época, em razão única dos recursos naturais existentes no Recôncavo alguns projetos começavam a surgir isoladamente.

Criou-se o CONDER — Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo, que dentre as recomendações da Missão do Banco Interamericano de Desenvolvimento deu prioridade aos estudos de viabilidade da petroquímica e para o que contratou firma de consultoria baiana, a CLAN.

Os estudos patrocinados pelo Governo da Bahia confirmaram as esperanças, pois que vários eram os fatores a justificarem as amplas possibilidades petroquímicas da Bahia, tais como, a existência de matérias-primas naturais, pois, além do óleo e do gás, conta o Recôncavo com importantes jazidas de salgema e potássio, a que se podiam acrescentar, também, as reservas existentes em Sergipe e Alagoas, facilmente dirigíveis para o futuro parque petroquímico da Bahia; energia elétrica abundante, vinda da Usina de Paulo Afonso e a vantagem para os investidores, da localização em área da SUDENE, logo, beneficiária dos incentivos fiscais.

Imaginou-se, inicialmente, como diretriz de implantação do complexo petroquímico da Bahia, uma primeira etapa em que se fizesse a consolidação dos projetos isolados com unidades básicas de pequeno porte, para, numa segunda etapa, ampliarem-se as unidades de produtos intermediários com a implantação de uma Central Petroquímica de grande porte.

Fatores outros, contudo, recomendaram, como melhor conduta, a fusão dessas etapas para que o objetivo prioritário a ser atingido a curto prazo, fôsse a consolidação dos projetos já iniciados, basicamente os de propeno e os dependentes de amônia e

uréia, programando-se para 1975 o início de operação da Central Petroquímica.

O Sr. Vasco Neto — Deputado Prisco Viana, antes ouvimos discurso da aguerrida Oposição, agora, a oração de V. Exa. De um lado, o pessimismo, de outro, o otimismo. O complexo industrial da Bahia, o desenvolvimento econômico do nosso Estado, as perspectivas brilhantes que antevemos para o Estado, a continuidade administrativa — Governo Luiz Viana — Governo Antônio Carlos — possibilitarão, estou certo, melhor distribuição da riqueza e correção dos desníveis, para que o homem, méta principal do atual Governo, tenha o seu devido lugar em nossa sociedade. O homem é a méta.

O SR. PRISCO VIANA — Agradeço a V. Exa. que, como baiano, sabe o quanto temos de razão para ser otimistas e quanto o nosso otimismo está lastreado em fatos concretos resultantes dessa nova mentalidade que se instaurou no País, particularmente em nosso Estado.

O Sr. Homero Santos — Nobre Deputado Prisco Viana, por diversos motivos teria de apartear V. Exa. Um deles, porque V. Exa. fala da Bahia. E falar da Bahia é falar de um cantinho em que temos bem guardadas nossas recordações da infância, do tempo de estudantes. E falar da Bahia é falar das suas grandes tradições, dos seus grandes homens, daqueles que realmente lutaram e lutam bravamente pelo engrandecimento do Brasil. Deveria também apartear V. Exa. porque acaba de referir-se ao ex-Governador Luiz Viana. Conheci S. Exa., o ex-Governador, numa das vezes em que, na missão de representante da Assembléia Legislativa do Estado aqui estive, durante o Governo do Marechal Castello Branco. E que homem! Que fidalguia! Que pessoa humana no trato! Que simpatia! Mais tarde S. Exa. veio a se revelar um dos grandes administradores deste País, governando a nossa querida Bahia com zelo, dedicação e amor à sua gente, à querida gente baiana. Não poderia também deixar de apartear V. Exa., para saudá-lo, porque V. Exa. é um dos novos Deputados, nesta Casa, que vem demonstrando interesse todo especial pelas coisas do País. Com seu idealismo, com seu dinamismo, com sua sinceridade soube conquistar os colegas, principalmente nós, os novos, pelos trabalhos que tem realizado nas Comissões e neste Plenário. Receba, pois, ilustre Deputado Prisco Viana, meus parabéns. A Bahia está bem representada. A gloriosa Bahia soube mandar para esta Casa, dentre inúmeros representantes ilustres, este que hoje se impõe na tribuna, tratando de assunto de tal envergadura.

O SR. PRISCO VIANA — Agradeço a V. Exa. sensibilizado, porque é uma das marcas dos baianos sermos gratos àque-

les que querem bem à nossa terra. E o faço ainda sensibilizado pela generosidade, que, inclusive, acredito excessiva, no julgamento que V. Exa. emite acêrca de um modesto parlamentar, que aqui vem apenas com o desejo de somar aos outros companheiros no serviço em prol da Pátria e da instituição a que pertencemos.

O Sr. *Walson Lopes* — Quero aproveitar a oportunidade para congratular-me com V. Exa. Em verdade, as riquezas naturais da Bahia sempre existiram, mas não foram devidamente exploradas. Por outro lado, os governos da Bahia, desde que foi reinstaurado o regime democrático — e poderíamos citar, sem exceção Otávio Mangabeira, Régis Pacheco, Antônio Balbino, Juracy Magalhães, Lomanto Júnior, Luiz Vianna e agora o Sr. Antônio Carlos Magalhães — contaram com equipes locais de alta qualidade, cujo interesse e trabalho desenvolvido em prol da Bahia, demonstra perfeitamente a situação em que ela hoje se encontra. Convém salientar, por um dever de justiça, o trabalho que V. Exa. realizou à frente de uma das Secretarias do Estado de grande importância no govêrno de S. Exa., o ex-governador Luiz Viana Filho. Lamentavelmente, entretanto, o que me parece é que êsse esforço empreendido com tanto dinamismo pelos Governadores, pelos Secretários, enfim, pelo povo da Bahia, proporcionais às riquezas naturais do nosso Estado, não vem encontrando o devido apoio, senão há bem pouco tempo da parte do Govêrno Federal. Assim, só agora surgem perspectivas de afirmação da Bahia no cenário econômico nacional, embora a Bahia sempre desse sua inequívoca e pesada colaboração para o desenvolvimento do Brasil. Nesta oportunidade, ao parabenizá-lo pelo trabalho que realiza nesta tarde, que é mais uma parcela daquilo que V. Exa. dedica a sua terra há tantos anos, quero deixar claro que, como opositor, reconheço o trabalho que os governadores realizaram em benefício da Bahia. Sou daqueles que crêem num futuro próspero para o nosso Estado, mas lamento que o Govêrno Federal não lhe tenha emprestado a ajuda que os baianos esperam.

O SR. PRISCO VIANA — Muito agradecido a V. Exa. pelo aparte. Concordo com o nobre colega no julgamento que fez dos Governadores baianos, mas não posso acompanhá-lo no que fez do Govêrno Federal, sobretudo a partir de certa época. Vou-me fixar no tempo: a partir de 1964, começou operar-se verdadeira revolução de progresso na Bahia. Tivemos os nossos elementos naturais valorizados. Já há, na Bahia, um conjunto de obras de infra-estrutura de iniciativa da União, visando exatamente a dar o suporte e o apoio necessários aos empreendimentos baianos. Permitir-me-ei citar, dentre essas obras, não apenas o apoio político do Govêrno do Presidente Médici para iniciativas de longo alcance e de grande profundidade no setor econômico, como é o

caso da petroquímica, que estou tratando neste instante, mas obras outras no setor de infra-estrutura. Estamos assistindo, agora, num ritmo realmente admirável, à intensificação das obras da BR-101; conclui-se, na cidade de Ilhéus, o terminal internacional de cacau; e Paulo Afonso começa a produzir quantidade de energia elétrica suficiente para responder à demanda do nosso parque industrial, que se vai instalando. Mais adiante, darei a esta Casa outras informações sobre o nosso desenvolvimento industrial, que justificam êste estudo, diria não de baianidade, mas de entusiasmo pelo que está acontecendo em nosso Estado. O que ocorre na Bahia é, digamos, assim, elemento dêsse conjunto de bons acontecimentos na área do Nordeste.

O Sr. *Tourinho Dantas* — Nobre Deputado Prisco Viana, congratulo-me com V. Exa. pelo discurso que está proferindo e apóio as expressões do Deputado Homero Santos, quanto à sua combatividade, espírito público e interesse pelos problemas nacionais.

O SR. PRISCO VIANA — Muito obrigado.

O Sr. *Tourinho Dantas* — Quanto à relação das obras públicas federais na Bahia, não podíamos deixar de lembrar o dique sêco construído pela Marinha, em Aratu, que permite reparos de navios de grande porte, tanto da Petrobrás, como de outras companhias, o que devolve à Bahia sua antiga importância naval. Igualmente, não poderíamos esquecer o pôrto de Malhado, na sua terra, em Ilhéus, que permitiu que tôda aquela exportação de cacau fôsse feita livre de alvarengagem que encarecia o produto. Continuarei a ouvir o discurso de V. Exa. que, sei, foi muito bem estudado. E, desde já, dou todo o meu apoio às suas palavras.

O SR. PRISCO VIANA — Muito obrigado.

Mas dizia, Srs. Deputados, que o Presidente Médici, sensível às justas aspirações de progresso dos baianos e nordestinos, e determinado nos objetivos de integração econômica do País, e de eliminação das disparidades regionais, determinou que se localizasse na Bahia o segundo pólo petroquímico nacional, o que se definiu através da Resolução 2-70 do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI).

A partir dessa decisão governamental os passos seguintes, sejam os do Govêrno, sejam os dos empresários, têm sido dados em busca daqueles objetivos.

O nôvo Govêrno baiano também fez da petroquímica méta prioritária e tem dado prosseguimento às iniciativas de seu antecessor. Missão técnica do Instituto Francês de Petróleo estêve

recentemente em Salvador, iniciando nova etapa de estudos visando à construção da Central Petroquímica da Bahia.

O Sr. *Odolfo Domingues* — Congratulo-me com V. Exa. pelo brilhante discurso que vem proferindo da tribuna da Câmara dos Deputados. O assunto que focaliza é realmente, da maior importância para o desenvolvimento, não só da Bahia mas de todo o País. Justiça igualmente V. Exa. presta a um grande baiano, o Professor Luiz Viana Filho, pelos relevantes serviços que a ele deve a Bahia. Quero porém, acrescentar que esses benefícios não datam apenas de seu período de Governo, ao qual V. Exa. também prestou sua colaboração como Secretário de Estado mas sim, desde a época em que S. Exa. foi Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Graças ao prestígio de que desfrutava junto ao saudoso Presidente Castello Branco, S. Exa. teve oportunidade de carrear para a Bahia grandes recursos, conseguindo, àquela época — março de 1964 — tirar o Estado das grandes dificuldades que vinha atravessando. Pôde, então, o Governador Lomanto Júnior caminhar para as grandes obras que se realizaram na Bahia após a Revolução. Daí eu pedir permissão para dizer que o progresso e o desenvolvimento da Bahia não datam apenas de quatro anos. Datam de sete anos, graças, também, aos esforços de Luiz Viana Filho quando chefe da Casa Civil da Presidência da República. S. Exa. prestou também um grande serviço, um grande benefício à Bahia no setor político. Foi quando, chefe do nosso partido, indicou — e conseguiu a aprovação do eminente Presidente Médici — o nome desse magnífico administrador que é o Governador Antônio Carlos Magalhães, que será o continuador de sua grande obra. Peço permissão ao meu eminente e nobre colega Deputado Walson Lopes para discordar de S. Exa. A Bahia, realmente, é um dos Estados que maiores benefícios vem recebendo do Governo revolucionário.

O SR. PRISCO VIANA — Muito obrigado a V. Exa.

Para que se avalie a importância da petroquímica para o desenvolvimento baiano, e se compreenda o ênfase dado pelo Governo da Bahia à sua implantação no Recôncavo Baiano, basta este dado: o total de projetos que constituirão o complexo petroquímico da Bahia, em número de 32, têm investimentos previstos da ordem de 391 milhões e 200 mil dólares e exigirão uma demanda de energia elétrica no montante de 721 milhões e 766 mil quilowatts-hora por ano.

A realidade petroquímica da Bahia poderá ainda ser verificada através das vinte empresas em implantação em nosso Estado, em seus diversos estágios. Duas delas — CIQUINI, para produzir

anidrido ftálico, e a Companhia de Carbonos Coloidais, para produzir negro de fumo, já se encontram em funcionamento. Conclui-se — e já se encontra em fase de testes de suas primeiras unidades — o COPEB — Conjunto Petroquímico da Bahia, da PETROBRAS, para produzir amônia e uréia; a FISIBA — Fibras Sintéticas da Bahia S. A., produzindo fibras acrílicas e acrilonitrila; a PASKIN, produzindo metratilato de metila, sulfato de amônia e ácido cianídrico; a SAFRON, produzindo poliéster; a BONYLSA, produzindo Nylon-6 e a RESIBO, produzindo resinas sintéticas. Igualmente em fase de implantação, temos a "Metanol do Nordeste", (Indústria Química Melomina), a CIQUINI com sua unidade de metanol e butanol e plastificantes ftálicos, a POLIBRASIL com propileno e a POLIAR com polipropileno glicol.

Estuda-se, também, um projeto para a Central Petroquímica, ou PETROQUÍMICA DO NORDESTE S.A. PETRONOSA, de que deverão participar societariamente o Governo da Bahia, a Petrobrás através da PETROQUISA e grupos privados dos que têm projetos petroquímicos na Bahia. Esse projeto seria dimensionado para produzir 160 mil toneladas de etano por ano.

Mas, Sr. Presidente, nada acontece por acaso. Se é verdade que a Bahia tem uma vocação petroquímica, também é verdade que não se teriam criado as condições de seu desenvolvimento em nosso Estado se ali não se produzisse a revolução industrial comandada pelo Governo estadual, tendo como centro maior de operações o Centro Industrial de Aratu, a mais notável experiência de desenvolvimento industrial integrado de que se tem notícia na América Latina — essa, pelo menos, a opinião de técnicos estrangeiros que têm visitado Aratu e examinado o seu projeto.

Ao assumir o Governo, em abril de 1967, encontrou o Senhor Luiz Viana Filho, deixado por seu antecessor, e em início de implantação — havia exatamente dois meses que isso se fazia — o projeto do Centro Industrial de Aratu, e entre os técnicos do Governo e empresários, forte controvérsia sobre o acerto da localização e de alguns aspectos do planejamento. Coube-lhe, assim, a histórica decisão de implantar o projeto em Aratu, hoje, realidade de que se orgulham os baianos e simboliza de forma admirável o desenvolvimento industrial do Nordeste, no qual repousam as esperanças dos nordestinos num futuro de prosperidade e de felicidade.

A implantação do Centro Industrial de Aratu — uma área de 45 quilômetros quadrados — distante 18 quilômetros de Salvador, exigiu do Tesouro Estadual — (recursos próprios do Estado) — cerca de 100 milhões de cruzeiros (Cr\$ 98 milhões no último quadriênio) — aplicados na construção de todas as suas obras de infra-estrutura. Dentre essas obras valem destacar 80 km de estradas asfaltadas; a construção de oito barragens de acumulação

d'água com capacidade de 13 milhões de metros cúbicos; uma Central de Microondas (toda fábrica tem telefone e possibilidade de falar para qualquer ponto do País ou do mundo instantaneamente); estações abaixadoras alimentadoras do sistema de eletrificação do Centro; escolas, postos de saúde, e um núcleo habitacional com 1.600 unidades, todas elas já ocupadas com famílias de operários das fábricas.

Com financiamento de US\$ 10 milhões de dólares contratado com o BID pela administração passada, inicia-se agora a construção do Porto do Cabôto, na Bahia de Aratu, destinada a ser o escoadouro marítimo das indústrias localizadas no CIA e que em 1973 deverá movimentar dois milhões de toneladas.

O Sr. Marco Maciel — Nobre Deputado Prisco Viana, quero que as minhas primeiras palavras, interrompendo o seu brilhante pronunciamento, sejam de felicitações pela apreciação que faz acerca do desenvolvimento econômico baiano, de modo particular e, de modo geral, do desenvolvimento do Nordeste brasileiro. V. Exa., com muita justiça, reconhece a obra admirável realizada na Bahia pelo ex-Governador Luiz Vianna Filho. Com efeito, a ninguém é lícito negar a pletora de obras de infra-estrutura que permitiram à Bahia partir celeremente para o seu crescente desenvolvimento econômico e social. Mas, como muito bem V. Exa. acentuou, todo esse trabalho tem um suporte maior, que é, sem lugar a dúvidas, a política de desenvolvimento regional do Nordeste, através de uma política de incentivos fiscais que tem carreado somas crescentes de recursos para o parque industrial nordestino e, notadamente para o Centro Industrial de Aratu. Com efeito, hoje, de acordo com estatísticas publicadas pela própria agência regional do desenvolvimento, a SUDENE, a Bahia já lidera, em volume de investimentos, os empreendimentos industriais realizados no Nordeste. E tudo isso faz com que a Bahia, ao lado de seus administradores, possa, em ritmo crescente continuar, como disse, o seu célere processo de desenvolvimento. Quero, ao encerrar estas considerações, aproveitar o ensejo para congratular-me com V. Exa. pela riqueza de dados e depoimentos que traz a esta Casa, mostrando, de forma inequívoca, o desenvolvimento regional nordestino e, de modo especial, o desenvolvimento político, econômico e social da Bahia.

O SR. PRISCO VIANA — Muito obrigado a V. Exa., Deputado Marco Maciel. Escolhi a Bahia e o seu desenvolvimento empreendido pela SUDENE para dar notícia sobre o progresso do Nordeste. Poderia ter escolhido Pernambuco, que, graças ao trabalho e ao esforço dos pernambucanos e sobretudo à liderança recente do seu último Governo, também integra o conjunto de desenvolvimento do Nordeste em plano de alto destaque.

Sr. Presidente, dizia eu:

Estado potencialmente muito rico, mas em verdade ainda muito pobre, a construção do Centro Industrial custou à Bahia um grande sacrifício, mas a esta altura podemos declarar que o esforço realizado pelo Governo estadual e o povo baiano, foi plenamente correspondido pela compreensão dos empresários brasileiros.

Com efeito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, em fevereiro deste ano, elevam-se a 132 as empresas instaladas, em instalação ou com opção para instalar-se no Centro de Aratu, com investimentos já realizados, em realização ou programados, superiores a dois trilhões de cruzeiros antigos. Existem 40 fábricas produzindo em Aratu e até o final deste ano elas serão 64, assegurando, assim, a oferta de 15 mil empregos diretos aos baianos. Se somarmos os projetos em análise na SUDENE chegaremos a 217 indústrias com investimentos programados de 3 trilhões de cruzeiros velhos e a criação de 40 mil empregos diretos.

Semanas antes de deixar o Governo o Sr. Luiz Viana Filho estendeu a área do Centro Industrial de Aratu até Comacari onde estão se localizando as principais unidades do setor petroquímico e já funcionam duas fábricas de cervejas.

Destaco a seguir três projetos que representam, por assim dizer, os principais dos que se instalam na Bahia e para cuja implantação foi decisiva a liderança do Governo estadual, a compreensão e o apoio do Governo Federal.

O primeiro deles — o do cobre — começou a ser implantado em outubro do ano passado, depois de anos seguidos de marchas e contramarchas. Representa o maior investimento já aprovado até hoje pela SUDENE.

O projeto é da Caraíba Metais S. A. (Grupo Pignatari) e visa à exploração das reservas de cobre existentes no Município de Jaguarari, devendo estender-se por outros municípios graças ao prosseguimento das pesquisas exigidas pelo Ministério das Minas e Energia. O tratamento do minério lavrado será feito em instalações adequadas ao lado da mina e o concentrado assim obtido será transportado para a usina de metalurgia e refino a ser implantada no Centro Industrial de Aratu.

O investimento previsto para todo o complexo é de Cr\$ 469 milhões e 300 mil, isto é, quase meio trilhão de cruzeiros antigos, criando 1.800 empregos diretos.

A empresa produzirá bens intermediários básico de alta essencialidade, com isso contribuindo para fortalecer o balanço de pagamento do País através de ponderável poupança de divisas, elimi-

nando a atual situação de dependência do exterior quanto ao suprimento desse metal de alto interesse estratégico em relação ao processo de desenvolvimento brasileiro, melhorando também as relações de troca entre o Nordeste e o resto do País.

O cacau — e isso foi amplamente difundido nos últimos dias nesta Casa — é, ainda hoje, a principal fonte de receita da Bahia. Pois bem, para dar bem uma idéia da grandeza desse projeto do cobre, basta dizer que a receita de ICM que o Tesouro Estadual espera arrecadar das atividades dessa empresa, em 1974, representará o montante do que foi arrecadado com o cacau em 1969, cuja safra foi a maior dos últimos dez anos.

E se considerarmos os projetos industriais em funcionamento ou em implantação no Centro Industrial de Aratu, teremos que em 1973, a receita do ICM, a ser arrecadada pelo Estado da Bahia dessas indústrias, será equivalente a 5 vezes o que no ano passado produziu o cacau para o Tesouro Nacional: Cerca de Cr\$ 200 milhões.

Esse projeto — vale ainda assinalar — representa uma iniciativa pioneira no sentido de implantar-se no País uma metalurgia integrada do cobre, em escala correspondente à dimensão prevista da demanda nacional. A produção estimada para o período de 1971 a 1973 de cobre contido, é em média de 9 mil toneladas anuais, segundo informam as atuais fontes produtoras existentes no País. Pois bem, o projeto da Bahia prevê para 1973 uma produção de 70 mil toneladas de cobre refinado para uma demanda de 67 mil toneladas.

O segundo projeto que se desenvolve na Bahia, e que para cuja concretização também foi decisiva a ação do Estado, é o da USIBA — Usina Siderúrgica da Bahia, uma sociedade de economia mista sob controle acionário da SUDENE e com participação da Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Vale do Rio Doce Navegação, Companhia Siderúrgica Nacional e mais pessoas físicas e jurídicas.

O aparente obstáculo inicialmente apontado, da inexistência na Bahia de fontes de combustível tradicional, como o carvão, ou o difícil acesso às fontes de carvão, foi afastado com a adoção pela USIBA de processo tecnológico moderno: a redução do minério de ferro mediante o emprego do gás de petróleo, de reserva praticamente inesgotável na Bahia, e muitas vezes queimado como resíduo sem valor. A USIBA irá, assim, processar o minério de ferro da Vale do Rio Doce com o gás da Petrobrás a ser igualmente aproveitado na petroquímica.

Toda a infraestrutura da usina, em construção no Centro Industrial de Aratu, está ordenada à capacidade instalada final de um milhão de toneladas de aço bruto por ano, mas seu projeto

apresenta grande flexibilidade pois as unidades diretivas são moduladas, facilitando a expansão.

Acreditamos ser a USIBA um valioso elemento no programa do Governo do Presidente Médici, de expandir a siderurgia nacional.

No seu planejamento inicial para a produção de produtos planos, o projeto da USIBA visa a atender o mercado regional Norte-Nordeste, cujo suprimento é deficiente não só em virtude das disponibilidades internas como devido também às dificuldades de transporte para produtos siderúrgicos.

Produzirá também na etapa inicial 280 mil toneladas de tarugos, ou "billets", para de certa forma atender a um déficit existente no setor de semi-acabados. Essa produção de 280 mil toneladas representará apenas 26% do suprimento nacional de semi-acabados de que vamos necessitar em 1973.

Seu capital é de 150 milhões de cruzeiros e a empresa deverá criar 492 empregos diretos na área do Centro de Aratu. Mas devemos notar que de cada emprego em usina siderúrgica, são gerados 10 empregos indiretos. Além da criação de número tão elevado de empregos, diretos e indiretos, o projeto prevê a utilização de matérias-primas locais, energia e utilidades básicas da região o que lhe confere maior significado econômico. A empresa não só produzirá em bases competitivas com usinas de outros pontos do País, como, também, propiciará o aparecimento, em bases sólidas, de novas indústrias consumidoras.

O terceiro projeto, dos três que disse representarem, ao lado da petroquímica, elementos de consolidação do desenvolvimento industrial deflagrado na Bahia, é o do alumínio. Está no Centro Industrial de Aratu a *Alumínio Brasil Nordeste S. A.* com investimentos iniciais de 33 milhões de cruzeiros, criando 176 empregos diretos.

Inicialmente a empresa se propõe produzir 10 mil toneladas de metal por ano, que serão entregues ao consumo sob a forma de lingotes, placas, ou tarugos. Desenvolve-se, porém, o projeto de ampliação a estar implantado até 1980 e que possibilitará produção de 140 mil toneladas anuais, perfazendo, portanto, um total anual de 150 mil toneladas quando o investimento global terá atingido a cifra de 150 milhões de cruzeiros.

Bem podem — V. Exa., Sr. Presidente e os Srs. Deputados, com o conhecimento que têm da problemática nacional avaliar o que representa para o desenvolvimento regional, mas não só para este, como para o progresso harmônico do País, a implantação desses três projetos e mais o segundo pólo petroquímico no Recôncavo

Baiano, para consolidar o esforço de industrialização que vem sendo feito na região nordestina.

Cuidou-se de evitar a concentração industrial na área de Aratu. Na Secretaria da Indústria e Comércio e em atuação harmônica com o Banco de Desenvolvimento do Estado, criou-se programa destinado a amparar e estimular pequenas e médias empresas localizadas no interior do Estado, bem como favorecer o surgimento de distritos industriais nas cidades com maiores possibilidades industriais. Esse programa, conhecido como PROINTER, somente no exercício de 1970 assistiu técnica e financeiramente a cerca de 400 pequenas e médias empresas do interior baiano, financiando cerca de Cr\$ 10 milhões de cruzeiros. Com isso não apenas se possibilitou o aproveitamento da matéria-prima e de mão-de-obra local, como se evitou pressão social insuportável sobre a área do Centro de Aratu. Feira de Santana é dessas cidades escolhidas como pólos de desenvolvimento industrial do interior a que mais avançou, elevando-se a mais de duas dezenas as fábricas já instaladas no Subaé.

E' ainda em Feira de Santana, com a cooperação técnica e financeira da UNIDO — órgão da ONU — construiu-se o CEDIN — Centro de Desenvolvimento industrial, destinado a prestar assistência técnica na análise de projetos, e até na elaboração de projetos de criação ou ampliação de pequenas e médias indústrias, bem assim na formação de profissionais, inclusive em nível de diretor.

Desenvolveu ainda o Govêrno estadual um amplo programa de formação da mão-de-obra especializada, toda ela de absorção imediata. Programa que agora vai se expandir graças à construção, já iniciada, de 58 Ginásios Orientados para o Trabalho, mediante colaboração financeira do Ministério da Educação através do PREMEM.

A industrialização foi, no planejamento da administração estadual finda em março deste ano, peça de todo um programa de desenvolvimento que teve na educação o elemento de maior destaque, fruto do convencimento de que somente através dela pode o povo aspirar o verdadeiro desenvolvimento e os benefícios deste decorrentes.

Até 1966 os investimentos estaduais em educação não ultrapassaram em 8% da receita bruta do Estado. E eles foram de 2,93 em 1963; de 0,23% em 1964; 3,30 em 1965 para, a partir de 1967 serem substancialmente elevados, numa mudança radical da política educacional. Assim é que, já em 1967 se aplicou 22,60% da receita bruta nos programas educacionais, percentual que foi se elevando para 26,8 em 1968 e 38,9 em 1970, exclusivamente de recursos estaduais.

Assim se comportaram os investimentos em obras educacionais nos últimos 8 anos:

ANO	Recursos de Capital	% do Orç.
1963	\$ 83.420	2,93%
1964	185.500	0,23%
1965	665.580	3,30%
1966	6.524	4,43%
1967	4.045.997	8,40%
1968	20.229.426	22,60%
1969	26.789.558	26,80%
1970	54.941.780	33,98%

Graças a isso foi possível em quatro anos construir 1.851 novas salas de aula no setor primário, aumentando-se de 56% as matrículas que pularam de 266.164 em 1967 para 416 mil em 1971, um incremento, portanto, de 150 mil novas oportunidades para crianças na faixa de 7 a 14 anos. O aumento percentual no setor do ensino médio, onde se construíram 61 novos ginásios, foi de 150% passando as matrículas de 50.405, em 1967, para 125.500 em 1971.

Cuidou-se igualmente da interiorização do ensino superior com a criação de cinco Faculdades e de duas Universidades. Construiu-se a Biblioteca Central, recuperou-se e construiu-se museus, dentre estes, o Museu de Arte do Estado, Museu do Estado e Museu do Recôncavo Wanderley Pinho.

E como complemento indispensável do empenho do Estado no Desenvolvimento, foi criada a Secretaria de Ciência e Tecnologia, cuja principal iniciativa, dentre numerosas que teve, é o projeto do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento — CEPED, que represen-

tará, inclusive, forte ponto de apoio para as indústrias em implantação na Bahia.

Ainda no setor da infra-estrutura social destaca-se a ênfase dada ao setor de saúde, que exigiu, somente em 1970, investimentos de Cr\$ 10 milhões na ampliação da rede hospitalar; Cr\$ 80 milhões na construção, através da URBIS e em convênios com o BNH, de 7.783 unidades habitacionais; Cr\$ 70 milhões na construção de serviços de abastecimento d'água em 35 municípios, elevando de 38.434 habitantes abastecidos em 1967, para 365.204 em 1970, com capacidade de atendimento do sistema estadual ampliado para 700,44 habitantes, enquanto que em Salvador investiu o Governo Cr\$ 34,7 milhões na construção de obras importantes que elevaram de 90% a capacidade de distribuição de água à Capital e de 70% as ligações domiciliares.

Com o desenvolvimento industrial, e em função dele a Bahia teve de se lançar em arrojado programa de obras públicas, que somente foram possíveis graças ao apoio do Governo Federal, especialmente através da SUDENE, do Banco do Nordeste e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

No setor rodoviário, por exemplo, construíram-se 3 mil quilômetros de novas estradas, sendo 900 asfaltados. E nesse programa rodoviário, todo êle voltado para a integração econômica das diferentes regiões do Estado, há que se destacar a rodovia Salvador-Brasília, toda implantada até a divisa da Bahia com Goiás e asfaltada até Ibotirama, às marges do Rio São Francisco, numa extensão de 467 quilômetros e em cuja implantação e pavimentação o Estado aplicou de recursos seus, mais de Cr\$ 100 milhões.

Constituiu-se um Consórcio Rodoviário Intermunicipal, pelo qual se construíram em associação com dezenas de municípios cerca de 1.000 quilômetros de estradas vicinais.

Com a colaboração do Ministério dos Transportes foi implantado o sistema "ferry-boat", ligando vários municípios do sudoeste, do baixo e do médio sul do Estado com Salvador, através da Ilha de Itaparica, ligada ao continente por uma ponte de 667 metros de extensão.

Foi construído o Pôrto de Joazeiro no rio São Francisco e construídos 11 aeroportos em diferentes pontos do Estado.

Foi contratado com o BID a expansão do sistema de telecomunicações ligando Salvador com 59 cidades do interior, num investimento de Cr\$ 220 milhões no qual se incluem a instalação de mais 19 mil linhas telefônicas em Salvador.

Elemento fundamental para o desenvolvimento, a energia elétrica recebeu tratamento prioritário. Um arrojado programa permitiu o aumento da capacidade geradora do Estado de 10 para

30.000 kw e a interligação de sua principal Usina, a de Funil, com Paulo Afonso, graças sobretudo à cooperação da CHESF e da ELETROBRÁS. Concluiu-se a Barragem de Pedras e foi contratada a construção da respectiva Usina de 26.000 quilowatts. Foram construídas 1.511 km de linhas de transmissão, merecendo destacar a linha Funil-Conquista, de 178 km de extensão. O Estado elevou de 1.466.415, em 1966, para 2.614.918, em 1970, a população abastecida pela empresa estadual de energia elétrica.

Disse no início deste discurso, e vou repeti-lo agora, que nada acontece por acaso. De fato, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para que a Bahia pudesse apresentar hoje êsses resultados verdadeiramente notáveis do seu desenvolvimento, transformações profundas tiveram de se operar no país, mudando a mentalidade da administração pública e do setor privado, conferindo-lhes seriedades, racionando-lhes os métodos, impondo-lhes planejamento, e através deste, a seleção das iniciativas mediante rígidos critérios de prioridade. A administração readquiriu a eficiência perdida, impôs-se-lhe a honestidade, a austeridade e a firmeza de objetivos. E é grato assinalar que todo o Nordeste assimilou essa nova mentalidade administrativa.

E foi a partir da Revolução que tiveram início essas transformações de que o meu Estado é um magnífico exemplo dentro do Nordeste.

A SUDENE pôde ser, afinal, o grande agente do desenvolvimento do Nordeste.

O que não impede que nela identifiquemos falhas de estrutura e distorções, a reclamarem correções que visem ao seu fortalecimento, até mesmo para ajustá-la à nova realidade do Nordeste e do País, que ela própria ajudou a construir.

A política de incentivos fiscais, por cuja manutenção e até ampliação devemos lutar, defendendo-a como conquista irreversível do Nordeste, pelo menos até que o nosso desenvolvimento industrial se torne auto-sustentável, possibilitando-nos abrir mão desse instrumento que tem sido fundamental para a redenção do Nordeste. E ainda aqui, no particular dos incentivos, correções terão que ser feitas para aperfeiçoar o seu mecanismo, sem contudo enfraquecê-lo.

Entendo, Sr. Presidente que o Nordeste, por muitos anos ainda, não poderá abrir mão dos incentivos fiscais, como considero perigosa a sua diversificação.

Bem sabemos que os incentivos são permanentes alvo da cobiça, mas contamos com o Presidente Médici determinado a promover a integração econômica e a reduzir, até eliminar, os desníveis regionais. Aliás, vale aqui recordar que S. Exa. ao visitar o Nordeste no ano passado, em época de grave crise provocada pela

sêca, anunciou modificações, mudanças e medidas destinadas a corrigir desvios e distorções, mas assegurou que isso se faria sem sufocar a nascente indústria nordestina”.

Nós, os parlamentares da ARENA, e que constituímos comissão de estudos dos problemas do Nordeste, estamos nos preparando para, muito em breve, oferecer ao Chefe da Nação a nossa contribuição na forma de documento que resulte dos estudos que vimos fazendo dos diferentes aspectos da problemática nordestina.

Recentemente, em exposição feita para as bancadas da ARENA no Congresso Nacional, o então presidente do Banco do Nordeste, o economista Rubens Costa, disse que todo esforço deve ser dirigido no sentido de que no período de 1970 a 1980 se assegure ao Nordeste uma taxa de crescimento econômico da ordem de dez por cento, mas advertiu que para que isso aconteça é indispensável que asseguremos ao setor industrial um crescimento de quinze por cento. Logo, que não se interrompa o fluxo de recursos financeiros dirigido para o setor.

Isso feito, diz o Sr. Rubens Costa:

“Teremos a redução das disparidades regionais, em conseqüência de uma taxa de crescimento mais rápida para o Nordeste. Eventualmente, com uma taxa elevada de crescimento, poderemos estar contribuindo para que o Nordeste entre no futuro dentro de 10, 15 ou 20 anos, num processo de desenvolvimento auto-sustentado. Com taxas elevadas de crescimento da indústria, da agricultura e também de serviço, que permitam um desenvolvimento econômico auto-sustentado, liberamos a União, pelo menos parcialmente, das responsabilidades que tem no Nordeste. E isso pode ocorrer. Depende das decisões políticas a serem tomadas, no sentido de manter e aperfeiçoar o sistema de incentivos, de corrigir eventuais erros, assegurando uma situação em que o Nordeste, no futuro, dispense essa generosa contribuição que o povo brasileiro lhe tem prestado”.

No particular da Bahia, além da mudança de métodos e da nova orientação da política nacional de referência ao Nordeste, houve a mudança de mentalidade, da maneira de pensar e de agir em face do desenvolvimento. Criou-se a mística desenvolvimentista, fêz-se a união do povo com o Governo, num vigoroso esforço conjugado em favor do progresso.

E há de ter contribuído para que se criassem tantas condições favoráveis ao trabalho e ao desenvolvimento, o clima de paz e de tranqüilidade política assegurado no Estado a todos os cidadãos, fôssem eles da ARENA ou do MDB. E tanto isso é verdade que

estando nesta Casa representantes da Oposição de meu Estado, posso fazer esta declaração sem o menor receio de ser contestado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, repito o que em fevereiro dêste ano disse o Governador Luiz Viana Filho: “a Bahia entra na década de 70 com o pé direito. E assim continuará nos próximos dez anos. Menos pelo que fêz a administração pública, do que pela potencialidade do Estado e o atual espírito de desenvolvimento dos baianos.”

Sem estar obrigado à modéstia de S. Exa., digo que a década dos anos 70 da Bahia, também, pelo que em favor do seu desenvolvimento fêz o governo do Sr. Luiz Viana Filho e que, sem sombra de dúvida, fará também o seu sucessor, Governador Antônio Carlos Magalhães, um homem desta Casa, um político, por igual, e que vem de concluir notável administração à frente da Prefeitura de Salvador.

Essa a notícia sobre o desenvolvimento industrial baiano que pretendia trazer à Casa na tarde de hoje, transmitindo o nosso entusiasmo pelo progresso não só da nossa região, mas de todo o País, que haverá de resultar na mudança de atitude, na maneira de encarar a problemática brasileira. (*Muito bem. Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)